

O ESTADO DE SÃO PAULO

OES pag. 5

TERÇA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 1988

Política

Magri é contra a greve política

O trabalhador não vai mais fazer greve política porque "já quebrou muito a cara no passado", afirmou ontem o presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, Antônio Rogério Magri. Para Magri, "a classe sindical já aprendeu a tocar a questão trabalhista". O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio Medeiros, enfatizou que "os trabalhadores aprenderam mais do que as próprias lideranças".

Os dois sindicalistas discordam da opinião do professor Leôncio Martins Rodrigues, especialista em assuntos sindicais. Em debate sobre o direito irrestrito de greve, publicado domingo no *Estado*, o professor afirmou que essa prerrogativa dos trabalhadores, aprovada pela Constituinte, vai aumentar os conflitos trabalhistas.

Antônio Rogério Magri não concorda, também, com a opinião de outro debatedor, o constituinte Luís Gushiken, ex-presidente do Sindicato dos Bancários. Gushiken afirmou que "a Constituição, tal como foi redigida, levará inevitavelmente à greve selvagem" e Magri, dizendo-se, "surpreso porque esse pensamento é de alguém que esteve envolvido com a luta dos trabalhadores em momentos mais difíceis", afirmou que "selvagem mesmo foi a ditadura militar".

Magri lembrou que a atual legislação não impediu greves que, na opinião dele, podem ser consideradas selvagens. Citou casos em que

abusos dessa propriedade, o turno

tensão das propriedades rurais. A terceira é a da deputada Beth Azize (PSB-AM), que propõe a criação de um fundo nacional de reforma agrária, ao qual seriam destinados 3% do orçamento da União; a quarta é a do deputado João Carlos Gabóla (PSB-MA), que autoriza a União a propor a ação de desapropriação de imóveis declarados como de interesse social para fins de reforma agrária, estabelecendo prazo máximo de 90 dias para imissão de posse.

Para Albano, texto surgiu só de acordos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O senador Albano Franco (PMDB-SP) disse ontem que os dispositivos sobre direitos trabalhistas inseridos no texto constitucional em votação foram aprovados, em sua maioria, por acordo entre as diversas lideranças. Esta foi sua resposta diante da afirmação do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), publicada ontem pelo *Estado* no debate sobre Sindicalismo e a Nova Constituição, de que o texto trabalhista foi aprovado por pressão dos sindicatos patronais e não do lobby dos trabalhadores.

Para Albano Franco, tudo foi fruto de acordo. "Nós concordamos com a grande maioria, mas não podemos aceitar, por exemplo, o turno de seis horas ininterruptas para a indústria de base." Em sua opinião, essa medida vai prejudicar não só as empresas privadas, mas também as estatais. "A Petrobrás — disse — terá de contratar aproximadamente 15 mil novos funcionários para cumprir esta jornada."

O deputado João Paulo (PT-MG) discordou da declaração do seu colega do PT, o deputado Luís Gushiken, no debate, de que a Constituição, tal como está redigida, levará inevitavelmente à "greve selvagem". "Discordo inteiramente, porque as atuais entidades sindicais vão continuar atuando no cenário sindical e o exercício do direito de greve vai conduzir a uma relação civilizada entre o capital e o trabalho."

Segundo João Paulo, o grande erro do texto aprovado foi o estabelecimento da unidade sindical, "que está em completo desacordo com a realidade do País".